



**Allison Duarte Barbosa (Revolução Brasileira)** // “Pincel e nanquim sobre papel. Família camponesa.”

**7** Artigo

# Relações Brasil-China: as exportações do agronegócio brasileiro, questões agrárias, de segurança e soberania alimentar e dependência

**Pedro Ivan Christoffoli<sup>1</sup> e Janailson Santos de Almeida<sup>2</sup>**

**Resumo** // As relações sino-brasileiras são de mútua dependência. Há uma dependência do agronegócio brasileiro ao mercado chinês. Já a China depende da produção agrícola brasileira para abastecer a sua indústria de rações para porcos e aves. O Brasil é um país dominado pelo latifúndio que, enquanto avança sobre a fronteira agrícola, pela expansão do agronegócio, se intensificam os conflitos no campo e as contradições relacionadas às questões agrárias e ambientais. Na China, após a “Reforma e Abertura” de Deng Xiaoping foram implementadas mudanças nas leis de uso e posse da terra. Mas a Reforma Agrária da Revolução de 1949 foi mantida. O modelo agrícola brasileiro e chinês são diametralmente opostos. Os elementos que determinam os processos de desenvolvimento agrário em cada país são distintos. Não é correto colocar na “demanda chinesa” a causa do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A causa está nas políticas agrárias brasileiras determinadas pela hegemonia capital financeiro-agronegócio.

**Palavras-chave** // Relações sino-brasileiras, agronegócio, dependência

---

1 Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Dr em Desenvolvimento Sustentável (UNB, 2009). Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (UNESP).

2 Camponês, Bacharel em Agroecologia pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Possui experiência na área de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. Atuou na Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF e é Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL da UNESP (Universidade Estadual Paulista).

## 1. Considerações iniciais

As relações sino-brasileiras são relações de dependência<sup>3</sup>, tanto de um lado quanto do outro. Do lado brasileiro, há uma enorme dependência do agronegócio para com o mercado chinês; enquanto que a China depende fundamentalmente da produção agrícola brasileira para abastecer a sua indústria de rações, para porcos e aves especialmente. No entanto, essas dependências se diferenciam do ponto de vista da intensidade e da intencionalidade. A China, por um lado, depende em parte das importações brasileiras em função da sustentação do seu projeto político de sociedade. O Brasil, depende das importações chinesas para a reprodução do seu modelo de produção agrícola em função da lucratividade capitalista, descomprometida com qualquer projeto de futuro para o país.

Há grande demanda chinesa com relação à produção agrícola brasileira. Embora a China venha, cada vez mais, diversificando suas fontes de suprimento, segundo dados do IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada), “na média de 2016–2018, as importações do Brasil representaram cerca de 19% do total das importações chinesas destas mercadorias [...]. O Brasil, neste período, foi responsável por 58% do total das importações chinesas de soja, e mais de 20% em outras mercadorias, como celulose, carne bovina, e mais de 10% do peixe. Em segundo lugar vem os EUA, com 16,3% e em um distante terceiro lugar, o Canadá, com apenas 5,6%.<sup>4</sup> (IPEA, 2022) (tradução nossa)”.

Assim como há grandes interesses da produção agrícola brasileira no mercado chinês. A integração ao mercado chinês trouxe benefícios econômicos gigantescos para setores como mineração e energia e em especial ao agronegócio, que saltou de 5,02% das exportações destinadas à China em 1997 para 35,18% em 2019 (MAPA, 2020).

O sistema brasileiro de produção e exportação de *commodities* agropecuárias, com as cadeias industriais do agronegócio, é um dos pilares para a acumulação capitalista no país. O processo de formação sócio-histórica do Brasil, especialmente

---

3 Aqui o termo “dependência” é usado não a partir do conceito político da teoria marxista da dependência, mas como termo técnico para caracterizar a co-relação de dependência ou dependência mútua entre os países. Ex.: a definição de prática co-dependente de Warde, 2015; Schubert, 2017 *apud* Niederle, P.; Wesz Junior, V. J. (2022): “co-dependente’, ou seja, quando o desempenho de uma afeta diretamente a outra.”

4 Ver texto original em “IPEA. CHINA-BRAZIL AGRICULTURAL TRADE RESEARCH. IPEA: Brasília, 2022”. ([link](#))

após o fim do escravismo colonial, é marcado pela contínua expansão do modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à tenência da terra; e do modelo agrícola de produção agroexportador. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, o Brasil possui o terceiro maior índice de concentração de terras do planeta, 0.87 de acordo com o índice de GINI - que mede a concentração de terras numa escala de 0 a 1 - estando atrás apenas de Colômbia e Paraguai (FAO, 2017). Apesar das mudanças programáticas ao longo dos diferentes períodos de governo e da política agrária nacional, este corte sempre esteve em carne viva. O Brasil é o país do latifúndio<sup>5</sup>.

**Tabela 1** - Indicadores da concentração de terras no Brasil de acordo com o índice de GINI.

<b>Classes de Área (ha)</b>	<b>Nº de Imóveis</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Menos de 1	165,410	81,807	0.01%
1 a menos de 2	203,699	279,811	0.03%
2 a menos de 5	973,066	3,270,369	0.37%
5 a menos de 10	1,019,526	7,365,188	0.83%
10 a menos de 25	1,624,744	26,314,281	2.95%
25 a menos de 50	998,562	35,170,112	3.95%
50 a menos de 100	719,393	49,983,165	5.61%
100 a menos de 250	505,871	77,107,153	8.65%
250 a menos de 500	190,564	67,218,293	7.54%
500 a menos de 1.000	102,532	71,419,120	8.01%
1.000 a menos de 2.000	52,095	71,646,028	8.04%
2.000 a menos de 5.000	36,298	108,652,849	12.19%
5.000 a menos de 10.000	7,592	54,399,720	6.10%
10.000 a menos de 20.000	2,265	30,778,781	3.45%
20.000 a menos de 50.000	1,047	30,588,758	3.43%
50.000 a menos de 100.000	211	14,493,506	1.63%
100.000 a mais	240	242,399,978	27.20%
<b>TOTAL</b>	<b>6,603,115</b>	<b>891,168,919</b>	
<b>ÍNDICE DE GINI</b>		<b>0,873</b>	

**Fonte:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/Banco de Dados da Luta pela Terra-DATALUTA, 2019.

5 “[...] Nos anos 1950, [...] o termo latifúndio consolidou o sentido que ganhara anteriormente como sinônimo de monopólio da terra, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela dependência pessoal e pela exploração. Tornou-se o símbolo de um atraso que deveria ser superado, quer fosse lido como expressão do capitalismo (Caio Prado Jr.) ou da presença de restos feudais (Alberto Passos Guimarães), como mostra Moacir Palmeira (1984) (LEITE; MEDEIROS; CALDART *et al*, 2012, p.452).”

O *status quo* da permanência do latifúndio no Brasil tem gerado historicamente os processos de luta pelo acesso à terra e pela Reforma Agrária, regularização fundiária e redemocratização. Ademais, os grupos que detêm o controle da terra no Brasil contribuíram diretamente para os processos políticos de golpes e ditaduras. Essa contradição germinal e estrutural, também gerou o surgimento de movimentos e organizações camponesas como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outros; além de provocar grandes debates com relação a estrutura e a política agrária brasileira.

Da mesma forma, a questão do latifúndio e da propriedade privada da terra e de outros meios de produção, esteve no bojo da formação das primeiras ideias socialistas no Brasil, entre os anos 1920-1930 e posteriormente. O Partido Comunista e as organizações de luta pela terra, como as Ligas Camponesas nos anos 1960, emergiram também no enfrentamento à concentração da terra, à exploração dos trabalhadores rurais e por direitos no campo.

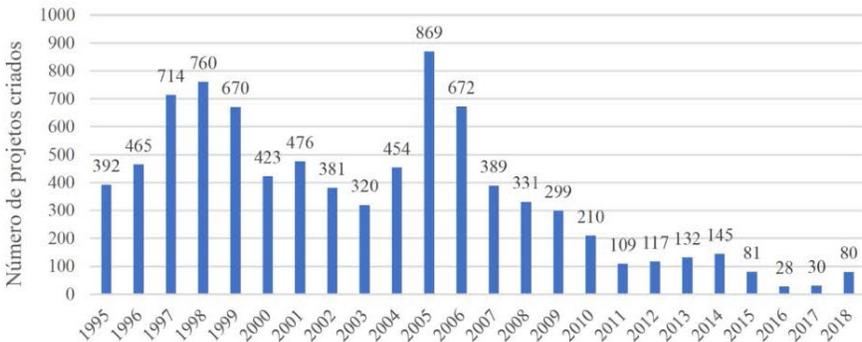
A partir do Golpe Empresarial Militar no Brasil em 1964, avança no país um novo processo de “desenvolvimento” da agricultura brasileira, caracterizado como o período da “modernização conservadora”. O novo modelo agrícola, do agronegócio, viria a ser o grande motor do desenvolvimento agrário brasileiro, com uma perspectiva de crescimento econômico que levaria a sua agricultura a altos patamares de produção e produtividade.

O modelo agrícola brasileiro, do agronegócio, com a sua matriz produtiva, da Revolução Verde e mais recentemente da introdução da transgenia, também guarda contradições fundamentais no que diz respeito às questões ambientais e à sustentabilidade do modelo a longo prazo. Nos últimos anos o Brasil se tornou também o maior consumidor mundial de agrotóxicos, atingindo uma média de 7,5L/pessoa/ano em 2016 de acordo com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Embora a Revolução Verde e a modernização da agricultura tenham de fato elevado significativamente os níveis de produção e produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela implementação de novas tecnologias, isso não significou necessariamente um processo de desenvolvimento, ao menos para as populações rurais trabalhadoras. O agronegócio no Brasil não trouxe com ele o fim do latifúndio. Pelo contrário, foi montado nessa estrutura que o modelo se desenvolveu, mantendo-a como fonte primária do seu processo de acumulação capitalista. Nenhum tipo de Reforma Agrária foi realizada.

A redemocratização do Brasil, a partir da nova Constituição Cidadã de 1988 e a chegada do Partido dos Trabalhadores-PT ao governo nos anos 2000 não garantiram tampouco a implementação de um projeto de Reforma Agrária. Apesar de haver ocorrido um número significativo de desapropriações de Terra entre os anos 1990 e principalmente nos anos 2000, no período de 2003 à 2014 (governos Lula e Dilma) o agronegócio cresceu absurdamente; cada vez mais tecnificado e globalizado; sustentado por políticas governamentais de crédito subsidiado e por uma série de benesses legais como a supressão de impostos de exportação e de ICMS para insumos, o afrouxamento da legislação ambiental e trabalhista, e o repasse ao Estado via externalização de custos vinculados à saúde dos trabalhadores.

**Gráfico 1** - Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995-2018).



**Fonte:** Cattelan *et al*, com base em dados do INCRA (2019).

O agronegócio brasileiro expandiu ostensivamente a sua produção, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste do país, com destaque para o estado do Mato Grosso-MT; e, posteriormente, avançou sobre a fronteira agrícola, aumentando os níveis de concentração de terras e de exploração da força de trabalho, ameaçando as comunidades tradicionais e as florestas na Amazônia e no Cerrado (biomas brasileiros), constituindo o MATOPIBA<sup>6</sup>, a maior e mais nova

6 MATOPIBA é o acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão-MA, Tocantins-TO, Piauí-PI e Bahia-BA, para onde se expandiu o agronegócio nos últimos anos, formando um imenso território de monocultivos de cana, milho, madeira e muita soja. O recorte territorial abarca principalmente os biomas Amazônia e Cerrado (bioma brasileiro localizado mais ao Centro do país, que tem sido basicamente destruído pelo agronegócio).

fronteira agrícola do planeta - eixo dinâmico composto por 337 municípios, 73 milhões de hectares de área e 324 mil estabelecimentos agrícolas (Observatório MATOPIBA, 2022).

## 2. O contexto chinês

Na China, após a “Reforma e Abertura” iniciada a partir de 1978 com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, foram implementadas uma série de mudanças nas leis de uso e posse da terra. No entanto, a Reforma Agrária realizada a partir da Revolução de 1949 não foi desfeita, ao menos não estruturalmente, sofrendo algumas mudanças programáticas. A questão da terra nunca foi mexida, embora tenham sido desmontadas as comunas rurais, pela criação do chamado “Sistema de Responsabilidade Familiar”, que basicamente mudou a política de distribuição dos recursos da produção agrícola, quando cada família passou a receber pelo que produzia em detrimento do modelo comunal, onde todos produziam para todos e cada família recebia igualmente e de acordo com a sua necessidade.

Não há propriedade privada da terra no país, nem no campo nem na cidade. Toda propriedade é estatal. Após alterações conjunturais na política agrária nacional, hoje há formas de arrendamento e uso de áreas rurais por médias e grandes empresas rurais<sup>7</sup>, majoritariamente sob controle estatal, embora com forte participação de capital privado. Entretanto, os camponeses continuam sendo os principais responsáveis pelo trabalho na terra e pela produção de alimentos, representando atualmente 42,5% da população total segundo o Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais da China-MARA (2020).

**Tabela 2** - População urbana vs. população rural na China em % (2000, 2010 e 2018).

Indicadores	2000	2010	2018
População Urbana (%)	36%	50%	60%
População rural (%)	64%	50%	40%

<sup>7</sup> Isso tem gerado um novo debate sobre a questão agrária na China, pelo chamado “novo ruralismo”. A discussão se dá em torno de se há ou não a necessidade de se repensar novamente as linhas políticas do modelo agrário do país.

**Fonte:** National Bureau of Statistics of China/Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2020.  
Elaboração dos autores.

Em quatro décadas (1978-2018) a economia chinesa cresceu a níveis extraordinários. O desenvolvimento industrial com grande investimento em infraestrutura em todo o país, resultou em ampla integração às outras grandes, pequenas e médias economias ao redor do mundo. Ao longo de duas décadas (1980-2000) a economia chinesa deu um salto exponencial e manteve na virada do século uma taxa média de crescimento do seu PIB (Produto Interno Bruto) de cerca de 10% ao ano, variando para em média 6-8% nas últimas duas décadas (2000-2020), de acordo com o Branco Mundial. Em 2019, o país tornou-se a maior economia do mundo em Paridade do Poder de Compra-PPC segundo relatório do Fundo Monetário Internacional-FMI<sup>8</sup>, e deve assumir o topo da economia mundial em absoluto nos próximos anos.

As novas políticas econômica, industrial e de relações exteriores, que se fortaleceram nos anos 1990 em meio a crise capitalista mundial, levaram a China a um alto grau de desenvolvimento das suas forças produtivas, com vigoroso crescimento econômico e desenvolvimento humano, com resultados que surpreenderam o mundo. Segundo o professor GRAHAM Allison<sup>9</sup> (2018), da Harvard University, “em 1978 90% da população chinesa vivia com apenas 2 dólares por dia, em média; já em 2018, 40 anos depois, menos de 1 em cada 100 pessoas vivia com o mesmo valor, com uma perspectiva de que logo essas dezenas de milhares que restam estejam acima desse limiar [...]”.

As reformas empreendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), desde 1978, vêm trazendo resultados relativos, no que diz respeito à industrialização, comércio exterior e incremento do consumo da população. A China apresentou, em média, taxas de crescimento do PIB na ordem de 10% ao ano, durante os 30 anos. Os chineses vêm suplantando as posições de *traders* globais tradicionais como Alemanha, Japão e França. Em relação à América Latina, ela já se

---

8 Ver artigo “PIB chinês, em paridade de poder de compra, ultrapassa PIB estadunidense” de Melissa Cambuhy. Brasil de Fato, 2020. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/artigo-pib-chines-em-paridade-de-poder-de-compra-ultrapassa-pib-estadunidense>.

9 Ver GRAHAM, Allison. Is war between China and the US inevitable? TED, 2018. Link: [https://www.ted.com/talks/graham\\_allison\\_is\\_war\\_between\\_china\\_and\\_the\\_us\\_inevitable](https://www.ted.com/talks/graham_allison_is_war_between_china_and_the_us_inevitable).

coloca como um dos principais parceiros comerciais de diversos países. No caso de Brasil e Chile, por exemplo, a China já se tornou o principal destino das exportações. (CEPAL, 2009 *apud* PIRES; PAULINO; PEDROZO; SILVA, 2011, p. 226).

Muitas são as discussões sobre o “salto” chinês, que elevou o país à condição de grande potência, com tamanho desenvolvimento científico-tecnológico e industrial. Estudiosos do campo da economia, no mundo inteiro, se esforçam para explicar os fatores que levaram a economia chinesa a crescer tanto em tão pouco tempo. No campo das ciências políticas o esforço é para compreender os elementos que compõem o “modelo chinês”, apelidado de “Capitalismo de Estado” ou “Economia de Mercado Capitalista”. Mas, o que o governo chinês batizou de “Socialismo com Características Chinesas” e “Economia Socialista de Mercado”, não se encaixa nos moldes ocidentais, nem do ponto de vista da estratégia econômica, nem do ponto de vista da condução e direção política do processo de desenvolvimento.

A agricultura chinesa passou também por processo similar ao do Brasil, de revolução tecnológica na agricultura, como parte da Revolução Verde que chegou em todo o mundo. No entanto, a realidade agrária do país é completamente diferente em termos estruturais. Atualmente, o modelo agrícola chinês contempla grande produção industrial de produtos agrícolas e pecuários, assim como é baseado em um forte processo de desenvolvimento científico-tecnológico e industrial, mediado pelo braço político-econômico estruturante do Estado. Mas, ao contrário do Brasil, no caso da China não estamos falando de produção primária, mas sim de uma produção extremamente industrializada. Além disso, não se trata de um mercado hegemônico, mas sim um mercado descentralizado do ponto de vista econômico, centralizado politicamente, e bastante diversificado e escalonado: local, regional, nacional e internacionalmente.

A China também possui uma política nacional que proíbe a produção e o consumo direto de produtos transgênicos, como soja e milho; e tem diminuído significativamente o uso de agroquímicos na agricultura, em virtude de novas tecnologias. Toda a soja e o milho, transgênicos, importados pela China, é destinada à indústria porcina e avícola. A soja consumida diretamente pela população vem da própria produção chinesa, não transgênica. Embora, nos últimos anos, o país tenha começado a flexibilizar um pouco mais a sua legislação agrária.

### 3. As exportações do Agronegócio para a China, a política agrária brasileira e a SSAN

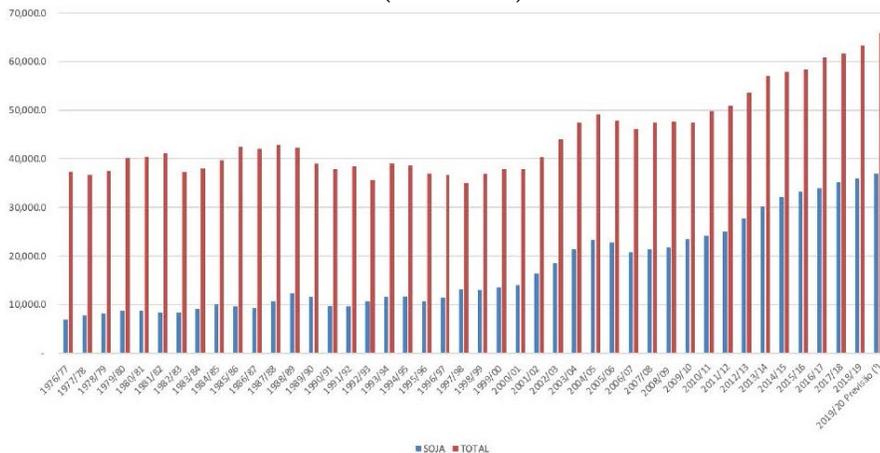
O Brasil, que por um lado possui mais do que a capacidade necessária para garantir a sua Soberania Alimentar<sup>10</sup>, avançou na sua política de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN, saindo do mapa da fome em 2014, embora tenha voltado novamente em 2018. A China não tem capacidade de exercer plenamente sua Segurança Alimentar apenas com a produção nacional, devido a restrições ambientais/naturais, por isso vem garantindo especialmente por meio de importações. Em novembro de 2020, o país conseguiu superar a meta de acabar com a extrema pobreza. A China busca construir a soberania alimentar combinando produção doméstica estratégica, suplementada com importações dirigidas, diversificação de fontes fornecedoras, e com políticas de redução do uso de agrotóxicos.

O tema da Soberania Alimentar ainda é um desafio para os dois países, por razões distintas. O Brasil não dependeria de ninguém, para assegurar inclusive sua autossuficiência alimentar, mas não tem um projeto; enquanto a China tem um projeto, mas com alto grau de dependência objetiva de importação de alimentos. A SSAN, portanto, é tema transversal no debate sobre as relações de dependência entre Brasil e China.

---

10 O conceito de Soberania Alimentar não se confunde com a questão da autossuficiência no abastecimento alimentar de um país. Foi um conceito construído criticamente em relação à noção de Segurança Alimentar (que se origina desde os anos 1920 nos EUA, e se subordina a interesses corporativos a partir do pós II Guerra), a partir das lutas sociais dos movimentos camponeses em conjunto com outras forças sociais progressistas. Visa afirmar que alimento não é mercadoria, no sentido que é um direito humano. Ou seja, todos os seres humanos têm direito à alimentação e portanto, não se pode submeter esse componente aos ditames dos mercados, logo, do lucro capitalista. Torna-se uma questão de soberania dos povos, dever dos Estados e direito das pessoas (COSTA, 2021). No caso brasileiro há diferenças também em relação ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Para aprofundamento recomendamos a leitura do trabalho acima referido, de Joaquim Gonçalves da Costa (2021).

**Gráfico 2 - Área plantada do agronegócio brasileiro em mil hectares (1976-2020).**



**Fonte:** Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, 2020.

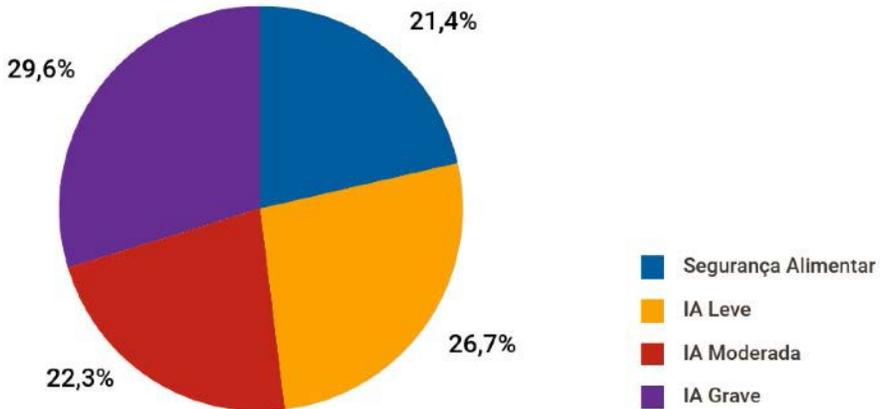
Elaboração dos autores.

A questão da SSAN pode ser uma questão conflitiva ou coesiva, a depender do ponto de vista. Por um lado, o Brasil possui uma das maiores áreas de terra agricultável do planeta (cerca de 18%), água e clima favoráveis à produção agrícola e grande capacidade tecnológico-produtiva. Entretanto, dados de 2022 indicam que 33,1 milhões de brasileiros passam fome e mais da metade da população vive em algum grau de insegurança alimentar. A situação é ainda mais grave naquelas famílias em que algum membro da família está desempregado, segundo a Oxfam<sup>11</sup>.

São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. (OXFAM, 2022).

11 Ver “Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas (OXFAM, 2022)”. Os dados são do “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”. ([link](#))

**Gráfico 3** - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um morador desempregado no Brasil em 2022.



Fonte: REDE PENSSAN, 2022.

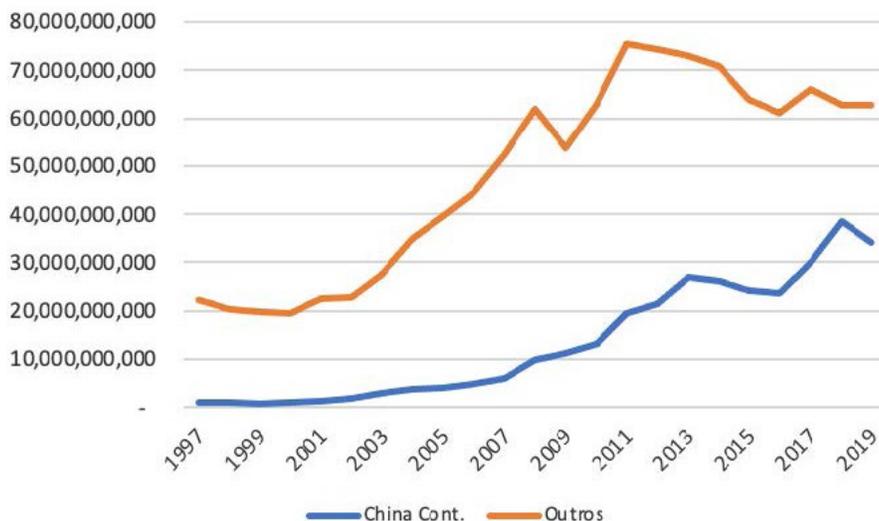
A China, por outro lado, tem a maior população do planeta para alimentar (1.42 bilhões de pessoas), com uma área agricultável de apenas cerca de 13% do total do seu território, segundo o Banco Mundial (2020). Apesar da pouca terra agricultável, com alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico, o país tem qualificado a sua produção agrícola, atingindo produtividades extraordinárias. A mecanização agrícola com alto nível de inteligência eletrônica é um dos grandes feitos no país. No entanto, grande parte do seu consumo ainda depende das articulações com outros países. O Brasil é seu principal parceiro comercial nas importações de produtos agrícolas desde 2009<sup>12</sup>.

O agronegócio brasileiro, com suas gigantescas cadeias de produção de matérias primas e produtos manufaturados, é uma peça crucial para a demanda chinesa de importação de alimentos, o que pode ser claramente comprovado ao observarmos o fluxo de exportações das principais *commodities* agropecuárias brasileiras, majoritariamente destinadas ao país asiático, como é o caso dos grãos e carnes, especialmente a soja e o milho; frango e porco. Ao passo em que

12 Ver “Comércio Brasil-China e seus três pilares: soja, petróleo e minério de ferro”. Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021 ([link](#)).

o agronegócio se beneficia economicamente das importações chinesas, a China garante parte da sua cadeia de suprimentos, fortalecendo sua indústria agrícola nacional.

**Gráfico 4** - Exportações do agronegócio brasileiro em USD (1997-2019).

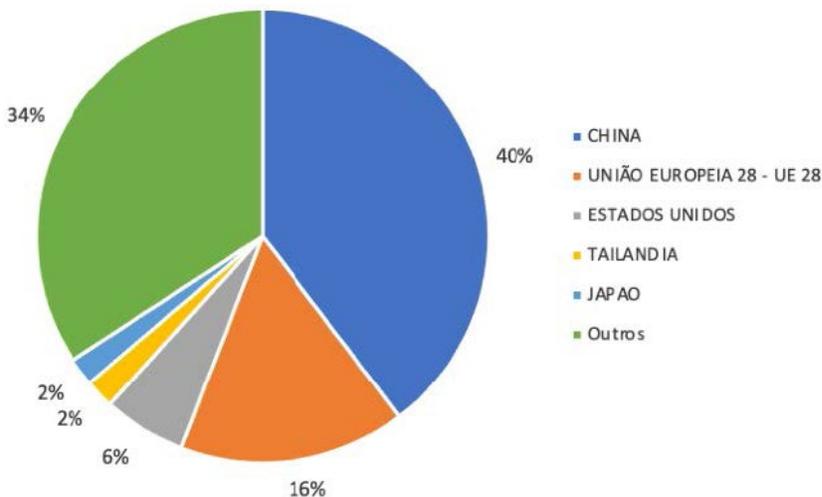


**Fonte:** Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).

Elaboração dos autores.

As importações de *commodities* agropecuárias produzidas no Brasil são fundamentais para o suprimento das cadeias de alimentos, principalmente através do abastecimento do sistema agroindustrial, da China, ao passo em que elas representam a fatia maior das exportações brasileiras, fomentando o grande complexo de produção e exportação de bens primários, manufaturados e semi-industrializados do Brasil. Nesse sentido, o modelo de produção agroexportador do Brasil, possui dois elementos centrais co-relacionados: a reprimarização de bens e mercadorias; e as relações de exportação dependentes, especialmente no caso da China.

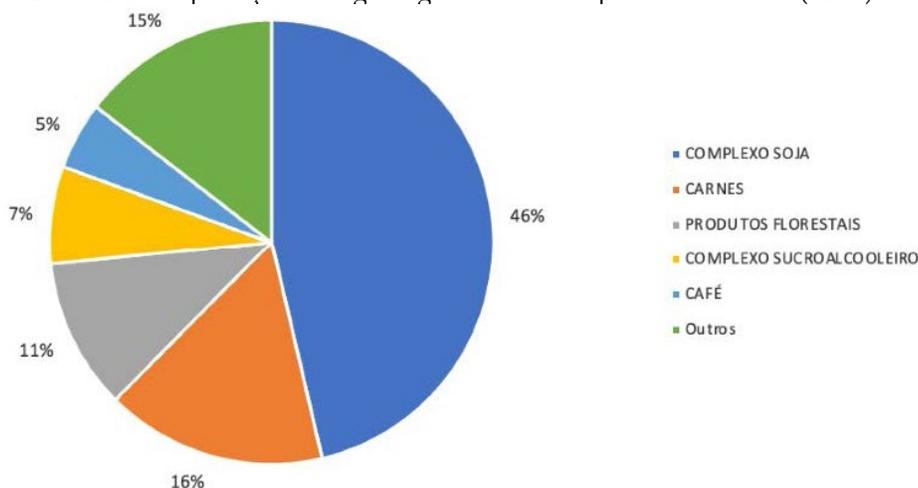
**Gráfico 5** - Exportações do agronegócio brasileiro por mercados em % (2020).



**Fonte:** Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).

De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020), a China é responsável por 37% do total das exportações agropecuárias brasileiras - chegando a 70% no caso da soja, que também é o principal item de nossa pauta de exportações primárias.

**Gráfico 6** - Exportações do agronegócio brasileiro por setores em % (2020).



**Fonte:** Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).  
Elaboração dos autores.

Tendo em mente esses dados, abordamos duas perspectivas para se repensar as relações sino-brasileiras, numa perspectiva de desenvolvimento incluyente, popular e soberano para nosso país: 1) Romper com esse modelo de dependência. O Brasil olhar para o seu projeto nacional de desenvolvimento e pensar uma política agrária coerente, tanto com relação à produção e industrialização; quanto da matriz produtiva e a relação com a natureza; como da própria sociedade, no que diz respeito a preservação dos territórios e dos povos do campo e também da demanda consumidora e do próprio mercado nacional. 2) Pensar as relações de exportações como estratégia para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico brasileiro; assegurando a soberania e segurança alimentar tanto da China como do Brasil. Na relação de dependência, o Brasil negociar transferência de tecnologia, fomento à estruturação/financiamento da cooperação agrícola e agroindustrial voltadas para a agricultura familiar, e estabelecer critérios tanto econômicos como ambientais e sociais sobre as exportações, como por ex. não importar de áreas de grilagem de terras e de desmatamento, ou com restrições à contaminação por agrotóxicos.

## 4. Considerações finais

Fazendo um paralelo, o modelo agrícola brasileiro e o modelo chinês são diametralmente opostos, principalmente no que diz respeito à terra; e bem diferentes no que se refere às populações camponesas e ao trabalho no campo. No caso chinês os meios de produção estão majoritariamente sob controle do estado, em virtude da política do estado socialista chinês sob governo do Partido Comunista, sendo a terra 100% estatal. Entretanto, os dois modelos se articulam dialeticamente, sendo capturados em cada caso pelas condições gerais da totalidade das relações socioeconômicas vigentes em cada país.

Isso se expressa nas relações de poder, bem como em políticas quase que completamente distintas em relação às questões agrárias, e também no que diz respeito ao modelo de produção agrícola. Também há diferenças estruturantes no que se refere às políticas regulatórias para emissão de carbono e combate às mudanças climáticas ou de controle e monitoramento do uso de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) e de agrotóxicos e fertilizantes

químicos na agricultura, com avanço significativo nessas questões do lado chinês e contradições cada vez maiores do lado brasileiro.

No Brasil, a vasta produção e exportação de *commodities* não se articula com uma política estatal estratégica para o desenvolvimento sustentável e socialmente incluyente do país. Ao contrário, o agronegócio é um setor integralmente dominado pelo capital privado e estruturalmente controlado por empresas transnacionais, cada vez mais subordinado ao capital financeiro, seja em padrões de lucratividade ou em sua dinâmica estatal-bancária de financiamento (DELGADO, 2012), seja na constituição recente de instrumentos tipicamente vinculados ao mercado privado de capitais (Letras de Crédito do Agronegócio - LCA; expansão das fazendas corporativas).

Portanto, o modelo do agronegócio, mesmo com o seu volumoso potencial produtivo, não contribui com um projeto de desenvolvimento, mesmo nos estreitos limites da democracia liberal burguesa brasileira. A expansão dos latifúndios, dos monocultivos, do uso intensivo de agrotóxicos, são diretamente proporcionais aos aumentos nos conflitos no campo, da destruição de territórios e comunidades e da contaminação ambiental. Assim como não contribui para uma proposta de Segurança e Soberania Alimentar para o país.

Diferentemente da China, que administra suas cadeias de suprimento externas de acordo com o planejamento da sua indústria e em função do desenvolvimento da sua sociedade, o Brasil basicamente obedece à demanda externa e ao objetivo de máxima lucratividade. Assim, o agronegócio brasileiro se beneficia diretamente das relações comerciais com a China, mas não em uma estratégia de produção e abastecimento nacional, nem mesmo uma estratégia sólida de relações internacionais no âmbito da cooperação científica e transferência de tecnologia, e desenvolvimento industrial. Por outro lado, ao passo em que abastece indiscriminadamente o mercado chinês, o agronegócio brasileiro se expande sobre a fronteira agrícola, com uma superestrutura que tem gerado grandes contradições, tanto na relação com a natureza quanto com as comunidades rurais.

É importante diferenciar os fatores e os elementos que determinam os processos de desenvolvimento agrário em cada país. No Brasil, o desenvolvimento tecnológico se dá basicamente em função do fator produtivo e da lucratividade do agronegócio; enquanto que na China o desenvolvimento tecnológico se dá também em função de um fator social, tanto de qualificação do trabalho no campo, como de segurança alimentar do país. No Brasil o desenvolvimento das forças produtivas é realizado dentro das leis da acumulação capitalista. A

ciência e tecnologia agrícola são majoritariamente monopolizadas, por empresas multinacionais ou controladas pelo estado e direcionado ao grande empresariado rural (e.g. Embrapa). Ao contrário, na China, a ciência e a tecnologia agrícola são resultado justamente da democratização dos meios de produção e obedecem às leis socialistas como modo de produção, servindo a todos os setores da produção no campo e ao abastecimento urbano.

É preciso um esforço de romper com a visão simplista de causa-consequência quando nos referimos às relações de dependência sino-brasileiras. Observamos uma dicotomia na forma como boa parte dos meios de comunicação no Brasil, que abordam o tema, enxerga o que genericamente se coloca como um problema. Na nossa opinião, não é correto colocar na “demanda chinesa” a causa do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A causa está, fundamentalmente, nas políticas agrárias brasileiras e em como os governos conduzem seus projetos de desenvolvimento rural, sendo fruto das determinações da realidade agrária brasileira, histórica e dialeticamente constituídas. Embora, por óbvio, a participação chinesa nas relações comerciais do agronegócio brasileiro tem efeito impulsionador da sua produção.

Ainda é preciso identificar os aspectos do Regime Alimentar atual, e como ele exige a reprodução do modelo do agronegócio, e como as relações comerciais Brasil-China ganham importância nesse contexto, apontando os impactos do modelo dominante do agronegócio para o Campesinato brasileiro e para o campo em sua totalidade. Consideramos o “efeito China” um elemento central, no processo de territorialização do agronegócio brasileiro. Embora, fundamentalmente, esse processo seja resultado da manutenção de um modelo de exploração baseado na propriedade privada da terra, dos meios de produção e do *lobby* político - em resumo, do controle hegemônico do Estado em seus diversos âmbitos pelo capitalismo agrário. Este é o real motivo da expansão do agronegócio e portanto da conflitualidade no campo.

Um governo popular que busque aproveitar das sinergias com a enorme demanda chinesa de alimentos, poderia ao nosso entender buscar direcionar para que parte significativa dessa oferta pudesse ser realizada no âmbito de uma renovada relação com um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, direcionando os instrumentos de política agrícola, da legislação e da capacidade de compra do Estado para apoiar a estruturação de cadeias produtivas agroindustriais controladas pela agricultura familiar e pelos movimentos sociais.

Fomentar ainda a pesquisa, a extensão, a formação de quadros camponeses para a implantação de agroindústrias, articular demanda institucional e do mercado internacional, com o apoio à mecanização em pequena escala, a viabilização organizacional de sistemas produtivos agroecológicos e/ou de transição, numa perspectiva de, ao mesmo tempo que se enfrenta a questão da demanda internacional, se avance na geração de empregos qualificados, na estruturação de parque industrial voltado ao segmento da agricultura familiar (assim como se fez na Europa e na China) e na implantação de agroindústrias sob controle das organizações cooperativas camponesas.



## 5. Referências Bibliográficas

CAMBUHY, Melissa. PIB chinês, em paridade de poder de compra, ultrapassa PIB estadunidense. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/artigo-pib-chines-em-paridade-de-poder-de-compra-ultrapassa-pib-estadunidense>. Acesso em: 2020.

Comércio Brasil-China e seus três pilares: soja, petróleo e minério de ferro. Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021. ([link](#))

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes; ROSSINI, Roger Alexandre. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). Rev. NERA, v. 23, n. 55, pp. 138-164. Presidente Prudente, Set.-Dez./2020.

COSTA, Joaquim G. da. **Soberania Alimentar**. Dimensões material, prático-política e utópica. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” a economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

IPEA. CHINA-BRAZIL AGRICULTURAL TRADE RESEARCH. IPEA: Brasília, 2021. ([link](#))

GRAHAM, Allison. Is war between China and the US inevitable? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XewnyUJgyA4>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salette *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

Niederle, P.; Wesz Junior, V. J. **A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais**. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 42 (Especial), 507-520. Porto Alegre, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>.

Observatório MATOPIBA. Disponível em: <https://observatorio-matopiba.com.br/>. Acesso em: 2022.

OXFAM, 2022. Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Link: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>

PEDROZO, Gustavo Erler; SILVA, Mauri da. **Brasil e China: estratégias assimétricas de inserção internacional e o desempenho das relações de comércio.** *In:* PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio (orgs.). AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA NUM CONTEXTO DE CRISE - ESTRATÉGIAS, INTERCÂMBIOS E POTENCIALIDADES. LCTE Editora. São Paulo, 2011.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.** II VIGISAN. Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2022.

